

# Entidades de filantropia podem perder isenção

*Arrecadação aumentaria em R\$ 1 bilhão com a medida, que continua em estudo, diz ministro*

VÂNIA CRISTINO

**B**RASÍLIA — O governo deixou de fora das medidas adotadas na área da Previdência Social o fim da isenção do pagamento da contribuição previdenciária para as entidades classificadas como filantrópicas das áreas de educação e saúde. Essas entidades, como, a Golden Cross, não pagam a contribuição de 20% sobre a folha de salários. Se perdessem a isenção, a Previdência Social teria uma receita anual extra superior a R\$ 1 bilhão, afirmou o ministro Reinhold Stephanes.

Segundo o ministro, a medida continua em estudo. A Previdência quer assegurar que apenas as entidades de assistência social filantrópicas continuarão isentas da contribuição previdenciária, como está previsto na Constituição.

No entanto, com o fim da isenção de Imposto de Renda para entidades filantrópicas, as Santas Casas de Saúde terão um significativo aumento nos seus custos. Isso seria inviável no caso das entidades que atuam nesse segmento, que operam no vermelho ano após ano. Para tentar reverter essa decisão, a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo vai pressionar o governo com a ameaça de descredenciamento das entidades filantrópicas do Sistema Único de Saúde (SUS).

A entidade enviou hoje uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando a revisão da medida. Pede também a saída do ministro da saúde, Carlos César de Albuquerque, alegando que ele deixou de merecer a confiança das entidades. As instituições poderão solicitar o descredenciamento do SUS no dia 26, após reunião para discutir o caso. A federação conta com 343 entidades, responsáveis por 68% dos leitos disponíveis no Estado. Ou seja, uma medida como essa poderia piorar a situação dos hospitais, disse o presidente da Federação, José Alberto Monteclaro César. "Se pararmos, como ficará o atendimento à população", indagou.

Para ele, o fim da isenção fiscal faria com que essas entidades pagassem da cota patronal de seus funcionários ao INSS, que atualmente é paga pelo governo. Se isso acontecer, as folhas de pagamento das Santas Casas aumentariam em 33%, disse Monteclaro. "Se uma entidade gasta R\$ 300 mil com seus funcionários, passará a pagar R\$ 390 mil. Se mal dá para pagar o valor inicial, imagine os R\$ 90 mil adicionais" explicou.

Monteclaro disse que as santas casas estão imunes ao pagamento de Imposto de Renda, e essa imunidade é garantida pela Constituição. Se a medida que prevê o fim dessa isenção entrar mesmo em vigor, as santas casas tentarão entrar com mandado de segurança.